

A IMBRICAÇÃO ENTRE MOVIMENTO SOCIAL E ONG: AS AÇÕES INTERESCALARES DO MOVIMENTO GAY DE ALFENAS, MINAS GERAIS, BRASIL

89

The interplay between social movement and NGOs: the inter-stage actions of the Gay Movement of Alfenas, Minas Gerais, Brazil

<https://doi.org/10.51359/2525-6092.2024.262085>

José Luiz Alves Neto

j.alves.1@hotmail.com

Universidade Federal de Alfenas

Alfenas – Minas Gerais –Brasil

<https://orcid.org/0009-0008-0196-3294>

Sandra de Castro de Azevedo

sandra.azevedo@unifal-mg.edu.br

Universidade Federal de Alfenas

Alfenas – Minas Gerais –Brasil

<https://orcid.org/0000-0001-6175-5771>

Marta Gouveia de Oliveira Rovai

marta.rovai@unifal-mg.edu.br

Universidade Federal de Alfenas

Alfenas – Minas Gerais –Brasil

<https://orcid.org/0000-0003-0769-0748>

Submetido em 15.03.2024

Aceito em 28.06.2024

Resumo:

Este artigo busca discutir as imbricações entre movimento social e ONG a partir do MGA. Apesar da vasta literatura sobre o tema, na realidade empírica estes conceitos são transformados por diferentes sujeitos sociais. Para realizar a discussão, partimos das ações e projetos realizados

ALVES NETO, J. L.; AZEVEDO, S.de C. de.; ROVAI, M. G de O. A imbricação entre movimento social e ONG: as ações interescalares do movimento gay de Alfenas, Minas Gerais, Brasil. **Revista Rural e Urbano**, v.9, n.2, 2024. p. 89-109.

Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional. Texto da licença: <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/>



pelo Movimento Gay de Alfenas (MGA), em Minas Gerais. Durante sua trajetória de vinte e três anos de atuação, o MGA pôde realizar diversas ações sociais que buscavam requalificar o urbano a partir da diversidade sexual e de gênero. Seus projetos e ações tiveram como ponto em comum a utilização de editais públicos de captação de verba advindos de políticas públicas. Assim, tomamos a análise documental das políticas públicas voltadas para população LGBTI+ enquanto referência que orienta parte da discussão, juntamente com a revisão bibliográfica sobre movimentos sociais, ONGs e Movimento LGBTI+ brasileiro, aliado à metodologia da História Oral. A partir deste estudo pode-se perceber que a indefinição empírica dos conceitos marca a própria arena de luta sob a bandeira, de forma que sugere-se que na prática social um está contido no outro.

Palavras-chave: movimentos sociais; ONGs, movimento LGBTI+; movimento gay de Alfenas (MGA); escala geográfica

Abstract:

This article seeks to discuss the clashes between the social movement and NGOs from the MGA. Despite the vast literature on the subject, in empirical reality these concepts are transformed by different social subjects. To conduct the discussion, we started from the actions and projects carried out by the Gay Movement of Alfenas (MGA), in Minas Gerais. During its twenty-three-year career, the MGA was able to carry out various social actions that sought to recalibrate the urban from the sexual and gender diversity. Their projects and actions had in common the use of public publishers to raise money from public policies. Thus, we took the documentary analysis of public policies aimed at the LGBTI+ population as a reference that guides part of the discussion, along with the bibliographic review on social movements, NGOs and the Brazilian LGBT+ Movement, allied with the methodology of Oral History. From this study it can be seen that the empirical indefinition of concepts marks the arena of struggle under the flag, so that it is suggested that in social practice one is contained in the other.

Keywords: social movements; NGOs; LGBTI movement+; gay movement de Alfenas (MGA); geographical scale

Introdução

A partir do final da década de 1970 e início de 1980 percebe-se que o contexto social de redemocratização fez emergir sujeitos sociais em torno da proteção da democracia e direitos básicos. Nesse processo, lutas sociais começaram a ser reformuladas, repensadas a partir do discurso político de sujeitos que até então tinham negada a fala pública: mulheres, negros, indígenas, população LGBTI+. Com a profunda aceleração das desigualdades sociais, provocada por anos de um regime autoritário e neoliberal, novas formas de luta foram surgindo

ALVES NETO, J. L.; AZEVEDO, S.de C. de.; ROVAI, M. G de O. A imbricação entre movimento social e ONG: as ações interescares do movimento gay de Alfenas, Minas Gerais, Brasil. **Revista Rural e Urbano**, v.9, n.2, 2024. p. 89-109.

a partir de demandas localizadas, mas que representavam interesses em comum em torno de uma vida digna e menos precária.

A aceleração das relações sociais a partir da globalização, nos anos 1990 e 2000, redefinem conceitos e formas de interpretação da realidade. Por outro lado, as dinâmicas neoliberais têm transpassado campos político-econômicos ao se apossar das relações sociais e culturais.

A novidade do neoliberalismo consiste precisamente em que ele busca uma homogeneização que funciona para além da divisão entre o mercado e o não mercado, por meio da imposição de um padrão de relações sociais em todos os níveis da existência individual e coletiva. No comportamento econômico e na relação do indivíduo consigo mesmo, isto é, no âmbito mais global e no âmbito mais íntimo, uma mesma forma relacional agora tende a prevalecer. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 6)

Diante de uma política econômica neoliberal articulada ao social, que procura limitar os direitos coletivos, como movimentos sociais e ONGs têm buscado realizar suas atividades sociais, levando em consideração a densa metamorfose do tempo presente em que o discurso do individualismo e da liberdade econômica ganham cada dia mais força? Como o Estado, a partir das políticas públicas, tem segmentado um terreno interpretativo sobre quem pode e quem não pode ser reconhecível em seu território?

Nossa hipótese é de que as transformações sociais e dos modos de luta política têm indicado uma constante hibridização de movimentos sociais e ONGs, na qual um está contido no outro, de maneira complementar e contraditória. Além disso, apontamos para algumas diferenças entre ambos que dizem respeito à relação cada vez mais próxima com o Estado, levando em consideração a pressão pelo profissionalismo e a gerência de projetos e ações.

O texto segue primeiramente por notas metodológicas que pavimentam nossa análise; posteriormente uma breve contextualização do campo conceitual de ambas as formas de associativismos e sobre o Movimento LGBTI+ brasileiro. Finalizamos trazendo as políticas públicas utilizadas pelo Movimento Gay de Alfenas (MGA) indicando uma chave interpretativa para o campo complexo das definições.

ALVES NETO, J. L.; AZEVEDO, S. de C. de.; ROVAI, M. G de O. A imbricação entre movimento social e ONG: as ações interescares do movimento gay de Alfenas, Minas Gerais, Brasil. **Revista Rural e Urbano**, v.9, n.2, 2024. p. 89-109.

1. Notas metodológicas

Este artigo parte da convergência de processos metodológicos utilizados durante as pesquisas sobre o Movimento Gay de Alfenas (MGA). Em comum, possuem a dimensão qualitativa de análise, ao qual também será utilizada para construção do debate. Segundo Susana Silva (2009, p. 305), a “metodologia qualitativa é privilegiada [...] pois ela possibilita o estudo de processos sociais fora dos padrões e pouco abordados, dando voz aos grupos sociais marginalizados ou excluídos” (SILVA, 2009, p. 305). No entanto, é preciso deixar claro que, ao contrário da autora mencionada, não compactuamos da ideia de “dar voz” aos grupos “excluídos”, uma vez que entendemos que a metodologia de história oral pressupõe a escuta de vozes que se apresentam como forma de produção de presença e que os sujeitos da fala têm agenciamento sobre suas vidas (ROVAI, 2019).

Num primeiro momento, realizamos uma revisão bibliográfica sobre a temática a partir dos descritores: ONGs, movimentos sociais, movimentos sociais urbanos, movimento LGBTI+¹ brasileiro. Utilizamos das seguintes plataformas para as buscas: Periódicos CAPES, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações e Catálogo de Teses & Dissertações – CAPES, visando a compreender como diferentes momentos na historiografia LGBTI+ contribuíram para construção da geograficidade do MGA. Sobretudo, para apreender como durante ao longo do tempo as relações entre movimento social e Estado foram sendo construídas.

Do ponto de vista metodológico, utilizamos também a pesquisa documental (LAKATOS; MARCONI, 2003), para localizar e analisar as políticas públicas utilizadas direta ou indiretamente pelo MGA. O intuito é estabelecer uma conexão em diferentes escalas - local-regional-nacional - , observando como na prática social termos como movimentos sociais e ONGs são reapropriados por sujeitos sociais concretos. Utilizou-se das seguintes variáveis: legislação e documentação em nível nacional, regional e local e editais públicos de captação de

¹Esclarecemos que optamos por usar a sigla LGBTI+ para referenciar os movimentos sociais e não as identidades de gênero e sexualidade, seguindo a definição dos próprios movimentos pelo uso dela quando se trata de políticas públicas e organização.

ALVES NETO, J. L.; AZEVEDO, S.de C. de.; ROVAI, M. G de O. A imbricação entre movimento social e ONG: as ações interescolares do movimento gay de Alfenas, Minas Gerais, Brasil. **Revista Rural e Urbano**, v.9, n.2, 2024. p. 89-109.

recursos. Ao todo, encontramos 26 documentos ligados às políticas públicas utilizadas pelo MGA; 12 deles de escala nacional, 8 de estadual e 6 em escala local.

Grande parte do acesso à outra documentação foi possível por meio da análise do trabalho de Rovai (2019) sobre as memórias do MGA, entre 2000 a 2018; a partir do trabalho de história oral de vida e temática de pessoas que atuaram no MGA, realizadas no projeto Acervo da Memória e História do Orgulho LGBTQIA+ no Sul de Minas (ROVAI, 2023), entrevistamos cerca de 12 pessoas, trazendo para este texto trechos de algumas narrativas. Realizou-se entrevistas semiestruturadas com pessoas que atuaram nos projetos e ações desenvolvidas no MGA. Vale ressaltar que todos os projetos e ações do MGA, desde sua criação em 2003, foram possíveis através das políticas públicas e editais públicos de captação de verba. As entrevistas possuíram como fio condutor as memórias sobre os projetos e ações desenvolvidos; e todas elas foram transcritas, textualizadas e “transcriadas”², posteriormente devolvidas aos/as entrevistados/as para possíveis modificações, acréscimos ou vetos.

No entanto, a estratégia discursiva pode muito bem ser minada quando desconsidera-se o sujeito social e o lugar que sua prática social ocupa. Pensando nisso, utilizamos dos procedimentos da história oral temática. “Em geral, a história oral temática é usada como metodologia ou técnica e, dado o foco temático precisado no projeto, torna-se um meio de busca de esclarecimentos de situações conflitantes, polêmicas, contraditórias” (MEIHY; HOLANDA, 2015, p. 38-39). A utilização da história oral temática, no entanto, não exclui a história de vida, mas interage com ela, revelando as experiências pessoais e coletivas em determinados eventos e processos (MEIHY; HOLANDA, 2015).

O trabalho com múltiplas temporalidades e espacialidades pode suscitar zonas onde ocorrem uma “indiferenciação criadora” (BENJAMIN, 1987, p. 187), isto é, momentos distintos qualitativamente, mas que falam sobre a mesma coisa a partir de lugares e vozes diferentes. Aponta-se daí um esforço teórico e prático em vias opostas, mas que se complementam através de qualidades distintas, não desassociadas da totalidade aberta e relacional do espaço geográfico.

² Segundo Meihy e Holanda (2015), a transcrição é um processo de literalização do texto e que passa pela conferência e autorização do/a entrevistado/a.

2. Movimento sociais e ONGs: múltiplas trajetórias do Movimento LGBT+ brasileiro

Para além da busca por definições sobre o que seriam os movimentos sociais e ONGs, é importante refletir sobre seu papel atual na sociedade. Sem dúvidas, os consensos são estabelecidos para que nos permitam diferenciar formas de associativismos. Entretanto, nesses mesmos consensos são produzidas ambiguidades que dizem respeito às especificidades e à complexa relação entre o que esses associativismos representam e o que de fato ocorre na prática social.

As ações concretas aliadas às críticas ao Estado, parecem se constituir enquanto uma dessas ambiguidades. Maria da Glória Gohn (2008) observa que a partir das ações concretas diferentes estratégias políticas são formuladas, passando das pressões diretas até as de forma indireta. Sua interpretação passa pelo crivo de como a experiência histórica articula uma base material determinada através de distintas temporalidades. No geral, Gohn (2008, p. 336) tende a enfatizar como a experiência histórica transforma o próprio sentido de ação concreta, pois ela “recria-se cotidianamente, na adversidade das situações que enfrentam”.

A leitura sociológica de Gohn tem apontado para o fato de que determinados contextos sociais produzem diferenciações entre movimentos sociais e ONGs. Para ela, a clivagem mais aguda está assentada na instauração dos regimes ditatoriais na América Latina. Como resultado, movimentos sociais que se constituíam a partir de eixos de opressão específicos, como é o caso do movimento operário e o movimento da luta pela terra, começam a aglutinar outros sujeitos sociais em torno de pautas comuns e democráticas (GOHN, 1997). Neste sentido, o paradigma baseado nas lutas contra o sistema capitalista passa a ser questionado internamente dentro das fileiras dos movimentos. Uma vez não tendo mais força explicativa generalizada para todas as formas de opressão, as diferenciações internas nos movimentos sociais vêm produzindo múltiplas formas organizacionais e de luta política. No caso brasileiro, entre as décadas de 1980 e 1990, período denominado de redemocratização.

Destaque-se, entretanto, que nos anos 90 os movimentos que permaneceram no cenário, ou que foram criados, tornaram-se qualificados. A quantidade de reuniões, assembleias, atos públicos e o próprio número de militantes foi substituída por ações qualitativamente mais estruturadas (GOHN, 1997, p. 315).

ALVES NETO, J. L.; AZEVEDO, S. de C. de.; ROVAI, M. G de O. A imbricação entre movimento social e ONG: as ações interescares do movimento gay de Alfenas, Minas Gerais, Brasil. **Revista Rural e Urbano**, v.9, n.2, 2024. p. 89-109.

Isto incide decisivamente na formatação e organização dos movimentos sociais, uma vez que a arena política das lutas sociais se expande com a inserção das Organizações Não Governamentais (ONGs); o Estado passa a interferir na forma de atuação desses novos sujeitos políticos, promovendo uma descentralização centralizada das lutas e reivindicações. Dessa forma, Ernesto Laclau (1986) observa que os termos da descentralização permitiu que novos sujeitos sociais pudessem colocar suas demandas no espaço público do debate. Para este autor, o nexó principal entre descentralização está na possibilidade de articular diferentes lutas a partir de lugares específicos. Ainda segundo o autor, termos como universalidade e lutas de classe são reapropriados e transversalizados, agora a partir de contextos étnicos-raciais, gênero, sexualidade, ambientais, entre outros. Contudo, esta virada não ocasiona necessariamente lutas políticas progressistas, mas é inegável que promoveu uma politização da vida social.

Para Alberto Melucci (1989), a transformação dos movimentos sociais também representou uma mudança da identidade coletiva dos grupos, não mais entendida como estável e permanente, mas que através de formas simbólicas busca reunir sujeitos dispersos e desorganizados. A crítica deste autor é acerca da impossibilidade de definição analítica do que seriam os movimentos sociais e outras formas de associativismo. Ele aponta que a passagem para as sociedades pós-industriais a partir da década 1970, com ênfase na década de 1990, modificou profundamente as leituras baseadas puramente em critérios político-econômicos. Para ele, “sociedades complexas não têm mais uma base ‘econômica’, elas produzem por uma integração crescente das estruturas econômicas, políticas e culturais”(MELUCCI, 1989, p. 58).

Estudiosos do tema na ciência geográfica, como Marcelo Lopes de Souza (2006), procuram enfatizar que movimentos sociais e ONGs mudam drasticamente em relação aos seus objetivos. Para o autor, o contexto social, sobretudo entre 1970 e 1980, reformula a arena das lutas sociais: o Estado aparece como agente articulador na sociedade civil organizada. Termos como cooperação dão lugar à competitividade em relação aos editais públicos de captação de verba; e o âmbito da institucionalidade passa a ser o lugar disputado, abrindo vazão para os conselhos gestores e de orçamento participativo. Sua obra contribuiu para o entendimento de que a nova arena das lutas passa pelo crivo da institucionalização, sendo o espaço público o lugar onde a atividade social ganha vividez.

ALVES NETO, J. L.; AZEVEDO, S.de C. de.; ROVAI, M. G de O. A imbricação entre movimento social e ONG: as ações interestelares do movimento gay de Alfenas, Minas Gerais, Brasil. **Revista Rural e Urbano**, v.9, n.2, 2024. p. 89-109.

Bernardo Mançano Fernandes (2005), ao dialogar com as ciências sociais, constrói uma categorização dos movimentos sociais e ONGs, a partir de suas formas, ações e relações. Para o autor, esse procedimento possibilita compreender como são formados os territórios e espaços apropriados pelos movimentos. Seu interesse é de estabelecer conexões seguras entre os conteúdos da ação política e a base material que vincula e permite a ação. Ou seja, aqueles cuja base material se torna a própria base e plataforma para ação política, denominado de movimentos socioterritoriais; ou os movimentos em que a construção da agenda política é o termo de mediação na produção de espaços políticos, sem necessariamente uma base material determinada. A diferença entre ambos, segundo o autor, é de onde a reivindicação emerge e como o espaço e território são articulados no processo:

As organizações não governamentais se constituem apenas como movimentos socioespaciais. Estas são agências de mediação, uma vez que as ONGs são sempre representações de reivindicações, de espaços e ou de territórios. Não são sujeitos reivindicando um território. Não existem a partir de um território. São sujeitos reivindicando espaços, são entidades de apoio ou contrárias aos movimentos socioterritoriais e socioespaciais, são agências intermediárias, que produzem espaços políticos e se espacializam (FERNANDES, 2005, p.31)

No caso do Movimento LGBTI+, a preocupação com sua gênese parece se caracterizar como um segundo plano. Na literatura corrente, autores/as têm se preocupado em evidenciar os acontecimentos constituintes para organização de grupos e coletivos em torno da diversidade sexual e de gênero. Há, entretanto, de se considerar que os esforços de periodização são importantes para localizarmos possíveis arranjos em termos de ação política. Alessandro Soares da Silva (2011) divide o movimento em três fases:

Os movimentos LGBTs podem ser divididos em, pelo menos, três fases bem claras: a primeira está circunscrita aos grupos e lutas desenvolvidas na Alemanha do século XIX, mais precisamente em Hanover; a segunda refere-se à fase americana dos movimentos homófilos estadunidenses entre os anos de 1924 e 1969 e a terceira inicia-se a partir dos acontecimentos de Stonewall em 28 de junho de 1969. (SILVA, 2011, p. 140)

O historiador Juan Herrero Brasas (2001) têm apontado para a necessidade de considerar que no interior dos movimentos LGBTI+ existem diferentes concepções de luta. Entre eles, existiriam duas posições em relação à ação política: o radicalismo inclusivista e o radicalismo

ALVES NETO, J. L.; AZEVEDO, S.de C. de.; ROVAI, M. G de O. A imbricação entre movimento social e ONG: as ações interescares do movimento gay de Alfenas, Minas Gerais, Brasil. **Revista Rural e Urbano**, v.9, n.2, 2024. p. 89-109.

exclusivista. No primeiro caso, a luta de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais e demais identidades são indissociáveis de outras lutas contra formas de opressão, ligadas às pautas sociais; aqui consciência política e coletividade são conceitos chaves. Já o radicalismo exclusivista não vê a preocupação das demais pautas como associadas com um modo de vida gay:

Desde esta perspectiva, o objetivo das organizações gays é exclusivamente promover o orgulho gay (frente à tradicional vergonha e humilhação), definir a identidade e cultivar o separatismo (para permitir a existência de um meio transacional em que gays e lésbicas possam acumular poder e responder à opressão), o que dará lugar a uma cultura própria. (HERRERO BRASAS, 2001, p. 286-287).

O segundo modelo se destacou mais entre os coletivos LGBTI+, pautado, principalmente, no fortalecimento da autoestima, a partir da ideia de orgulho gay. As estratégias desses coletivos foram baseadas em políticas de visibilidade, como o movimento de “sair do armário” e a construção de plataformas midiáticas, para divulgação da militância e luta (SILVA, 2011).

No Brasil, considera-se que mesmo com as movimentações decorrentes de grupos e coletivos como Somos e o Grupo de Ação Lésbico-Feminista (GALF), e a produção de periódicos como o Lampião da Esquina e ChanacomChana, formados a partir do final da década de 1970 e que tiveram um papel fundamental na organização de lutas, estes não conseguiram romper círculos mais intelectualizados: apenas com a epidemia de HIV/AIDS no país houve uma mobilização em prol dos direitos humanos, alterando as práticas organizacionais dentro dos movimentos LGBTI+ para setores mais populares.

Homossexuais, travestis, lésbicas e bissexuais começaram a se organizar politicamente, seja nos partidos políticos ou de forma autônoma (GREEN, 2019). Uma de suas reivindicações era o reconhecimento de suas experiências e o fim da patologização de suas identidades sexuais e de gênero (FACCHINI, 2012). Na década de 1990, o Movimento LGBTI+ se consolidava, no mesmo momento em que o mundo viveria a crise do vírus HIV/AIDS. Este período é marcado pela (re)patologização das identidades sexuais e de gênero divergentes da cis-heteronormatividade (SEDGWICK, 2007).

ALVES NETO, J. L.; AZEVEDO, S. de C. de.; ROVAI, M. G de O. A imbricação entre movimento social e ONG: as ações interestelares do movimento gay de Alfenas, Minas Gerais, Brasil. **Revista Rural e Urbano**, v.9, n.2, 2024. p. 89-109.

Em 2001, o Brasil participou da Conferência Mundial Contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, em Durban, na África do Sul. Uma das decorrências de sua participação foi a criação do Conselho Nacional de Combate à Discriminação (CNCD), composto por representantes de organizações da sociedade civil e do movimento LGBTI+. Em 2002, foi publicada a primeira versão do Plano Nacional dos Direitos Humanos (PNDH), fazendo alusão à população LGBTI+. Um dos pontos culminantes desse processo, no ano de 2004, foi a criação do Programa Brasil sem Homofobia, numa parceria entre Estado e organizações voltada à criação de medidas educativas pelo direito à diversidade de gênero e sexualidade e contra qualquer forma de preconceito e exclusão (FACCHINI, 2005; GÓIS, 2003).

Nos estudos de Facchini (2005, 2012), Green (2015) e Quinalha (2017), observa-se que da constituição à consolidação do movimento LGBT+ brasileiro, a concentração de grupos e coletivos LGBTI+ e os respectivos estudos acerca de suas ações centraram-se no eixo Rio de Janeiro-São Paulo, posteriormente, sofrendo uma reorientação espacial para o eixo Rio de Janeiro-Nordeste. Uma prática social quase sempre centrada no espaço de grandes cidades e metrópoles, privilegiando as dinâmicas dos movimentos, grupos e coletivos LGBT+ no urbano.

Dos anos 2000 aos dias atuais, percebe-se que houve um aumento significativo de políticas públicas voltadas para população LGBTI+. Um dos principais motivos foi a gradativa inserção de militantes nas porosidades do Estado, seja pela inserção em conselhos federais, estaduais e municipais, pelas conferências nacionais, pela pressão política de grupos e coletivos autônomos, e pelos novos sujeitos políticos surgindo na política institucional. Neste cenário, a constante institucionalização dos movimentos provocou uma mudança em seu *ethos*, agora sob a égide da intensa profissionalização dos militantes e pressões para cumprir metas.

Silva (2011, p. 150) pontua que o dilema da institucionalização decorre precisamente do reconhecimento e legitimação via Estado. A incorporação de uma parte da liderança nas estruturas do Estado produz controle e tutela de suas próprias ações, uma vez entendidas como ações *do* Estado. De outro ângulo, o autor pontua: “Há uma possibilidade de captura dos movimentos e a consequente fragilização do processo de luta e resistência, que garantiu a

ALVES NETO, J. L.; AZEVEDO, S.de C. de.; ROVAI, M. G de O. A imbricação entre movimento social e ONG: as ações interescares do movimento gay de Alfenas, Minas Gerais, Brasil. **Revista Rural e Urbano**, v.9, n.2, 2024. p. 89-109.

emergência do próprio processo de conquista das políticas públicas em fase de implementação país afora”.

O caminho trilhado até aqui buscou encontrar nos elementos em comum as formas de associativismo, um termo de mediação que possibilite o entendimento de que um *está* contido no outro, complementar e contraditariamente, isto é, que na diferença criadora existe uma unidade móvel; um fio que ligaria diferentes modos de opressão à necessidade de transformação social.

3. Políticas Públicas e o Movimento Gay de Alfenas

Na cidade Alfenas, nos anos 2000, foi fundado o Movimento Gay de Alfenas (2000-2018), que buscou, durante sua trajetória, lutar pelos direitos da população LGBTI+ de Alfenas e cidades da região sul de Minas Gerais, em prol da cidadania, saúde, educação e trabalho (ROVAI, 2019). Sander Simaglio, um dos fundadores e atual presidente do MGA, narra em diferentes momentos como o surgimento do movimento nasceu da insatisfação de gays, lésbicas e travestis não poderem expressar suas identidades sexuais e de gênero no espaço público de Alfenas (ROVAI, 2019; SOUSA, 2021).

A referência de ação para militância do MGA acontece por meio do contato com outros grupos e coletivos do estado, em especial Juiz de Fora e Belo Horizonte. Destaque para o Movimento Gay de Minas, fundado por Oswaldo Braga, em 1998, a partir do qual surgiu o interesse de institucionalizar o MGA, a fim de concorrer a editais públicos para execução de suas ações (ROVAI, 2019). A institucionalização do MGA ocorreu no ano de 2003, mas é importante salientar que desde antes seus membros já vinham atuando em prol dos direitos LGBTI+.

A trajetória política do MGA tem mostrado a importância de se considerar a dimensão espacial para análise e compreensão de formas de associativismo. Durante a análise documental das políticas públicas utilizadas direta ou indiretamente pela ONG, percebeu-se que sua atuação muitas vezes rompia com os limites escalares pré-estabelecidos. Assinala-se, ainda, a importância das interações entre diversas escalas a partir das políticas públicas. A escala, do ponto de vista metodológico e epistemológico, define e limita ações concretas, bem como institui fronteiras entre identidades constituídas, podendo ser rompidas, ampliadas e/ou

ALVES NETO, J. L.; AZEVEDO, S. de C. de.; ROVAI, M. G de O. A imbricação entre movimento social e ONG: as ações interescares do movimento gay de Alfenas, Minas Gerais, Brasil. **Revista Rural e Urbano**, v.9, n.2, 2024. p. 89-109.

questionadas (SMITH, 2000). A partir deste entendimento, buscaremos explicitar como a partir da prática social possibilitada, em partes, pelas políticas públicas, o MGA transitou entre movimento social e ONG.

Criamos um quadro para facilitar a interpretação dos resultados; além de levar em consideração as instituições e/ou sujeitos sociais envolvidos, instituições e/ou sujeitos sociais beneficiados e a sua materialização no espaço, a escala onde ocorre a produção do texto possibilitou compreender a ocorrência da “conexão social ativa de escalas”, em “diferentes escalas como encaixadas [...]”, para explicitar o entendimento de que a atividade social possui um lugar (SMITH, 2000, p. 144).

No Quadro 1, pode-se perceber que desde a primeira menção à “homossexualidade” no Programa Nacional dos Direitos Humanos I, de forma tímida e generalizante, a configuração das políticas públicas têm apontado para criação de diversas redes intersetoriais. Além disso, em âmbito nacional o impacto dessas políticas foi também a criação de estruturas estaduais e locais para o atendimento especializado da população LGBTQ+. Os Centros de Referência, postos de saúde especializados e casas de acolhimento foram parte dos diversos produtos dessas políticas materializadas no espaço. Para Sander, homem gay cisgênero, comerciante na cidade e atual presidente do MGA, um dos papéis das políticas públicas foi a criação de editais de verba pública em âmbito nacional e estadual:

Todos os projetos que estão entrevistando, a mim, a outras pessoas [...] Todos sem nenhuma exceção, todos foram concorrência pública. Ninguém falou assim: “Ah, eu amo MGA, vou dar dinheiro para eles” - não existe isso, ou existia. Era tudo edital de concorrência pública, lançava o edital... (Sander, informação verbal, 2023)

Em escala nacional ainda podemos perceber que a interação de diferentes agentes políticos produziu contornos específicos em relação aos sujeitos beneficiados pelas políticas públicas. Estes agentes políticos governamentais produziram espacialidades ligadas à saúde, onde a articulação via Sistema Único de Saúde (SUS) tendeu a regionalizar os atendimentos e concentrar grupos de pessoas em determinadas localidades. Rovai (2019), por exemplo, destaca como a parceria do MGA com o Consórcio Intermunicipal de Saúde dos Municípios da Região dos Lagos do Sul de Minas (CISLAGOS) possibilitou uma ação mais capilarizada voltada aos cuidados e a prevenção na área de saúde, em 2004. Deyse, enfermeira aposentada e que cuidava

ALVES NETO, J. L.; AZEVEDO, S. de C. de.; ROVAI, M. G de O. A imbricação entre movimento social e ONG: as ações interescares do movimento gay de Alfenas, Minas Gerais, Brasil. **Revista Rural e Urbano**, v.9, n.2, 2024. p. 89-109.

dos atendimentos dos pacientes do consórcio, lembra que à época eram atendidos vinte e quatro municípios na regional de Alfenas. Em sua narrativa, faz questão de apontar que as diversas parcerias firmadas com o MGA possibilitaram, segundo ela, um trabalho “extra muro”:

E o MGA sempre junto! E então, era esse basicamente o nosso trabalho, além das consultas, eles trabalham extra muro que a gente fazia essa busca lá nos municípios. E cada município a gente tinha uma referência nossa, então a gente trabalhava com essa referência. Então, por exemplo, se era um caso mais difícil de adesão do paciente nós íamos até o município e junto com a referência a gente fazia a visita. (Deyse, informação verbal, 2023)

101

Segundo Rovai (2019), a atuação do MGA junto às outras instituições públicas contribuiu para que ele se tornasse um referencial de atendimento em Alfenas e região. A característica marcante em sua relação com a escala nacional, foi o entendimento de que parcerias entre Estado e Organizações da Sociedade Civil seriam benéficas à população LGBTI+, uma vez que ambos agentes criaram uma amálgama no bojo da institucionalização da atividade social.

ALVES NETO, J. L.; AZEVEDO, S.de C. de.; ROVAI, M. G de O. A imbricação entre movimento social e ONG: as ações interestaduais do movimento gay de Alfenas, Minas Gerais, Brasil. **Revista Rural e Urbano**, v.9, n.2, 2024. p. 89-109.

Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional. Texto da licença: <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/>

Quadro 1. Políticas públicas utilizadas direta ou indiretamente pelo MGA

		Documentos	Instituições e Sujeitos envolvidos	Instituições e sujeitos beneficiados	Materialização no espaço
P O L Í C A S P Ú B L I C A S L G B T +	N A C I O N A L	- PNDH (I, II, III); - Brasil sem Homofobia; - PNPCDH/LGBT; - Processo Transsexualizador; - CNLGBTQIA+; - PNSI/LGBT; - Sistema Nacional LGBT; - Normas de incentivos no âmbito do Programa Nacional de HIV/Aids e outras DST; - Fundo Nacional de Cultura; - Programa Nacional de DST Aids; - Guia de Advocacy e prevenção em HIV/Aids; - Projeto Somos.	- Ministério da Justiça; - Ministério dos Direitos Humanos; - Ministério da Saúde; - Ministério da Cultura; - Conselho Nacional de Combate à Discriminação; - Secretaria de Direitos Humanos; - Secretaria da Vigilância da Saúde; - Associação Paranaense da Parada da Diversidade..	- LGBTQIAP+; - Homens que fazem sexo com homens (HSH); - Pessoas com HIV/Aids e outras IST; - ONGs; - Instituições estaduais e municipais. - Negros e pardos; - pessoas em situação de vulnerabilidade.	- Postos de saúde especializados em atendimento de pessoas LGBT+; - Centros de Referência em Direitos Humanos; - Conselhos Estaduais e municipais LGBT+; - Paradas do Orgulho LGBT+; - Criação de Casas de Acolhimento LGBT e ONGs.
	R E G I O N A L	- Editais de Seleção/DST AIDS nº 004/07 e 005/08; - Editais de seleção de ONGs e com experiência em DST/HIV/AIDS 01/2011 e 01/2012; - DELIBERAÇÃO CIB-SUS/MG Nº 1.765, Nº 2.169 e Nº 2.413 -Ofício DST/Aids nº 113/05.	- Secretaria de Saúde de Minas Gerais; - Comissão Intergestores Bipartite do Sistema Único de Saúde do Estado de Minas Gerais (CIB-SUS/MG).	- LGBTQIAP+; - Homens que fazem sexo com homens (HSH); - Pessoas com HIV/Aids e outras IST; - ONGs; - Instituições municipais; - população carcerária.	- Centro de Testagem e Aconselhamento (CTA); - Paradas do Orgulho LGBT+; - Criação de Casas de Acolhimento LGBT e ONGs; - MGA Fitness; - Coordenadorias regionais de DST/Aids.
	L O C A L	- Lei Nº 3.277/2001-Alfenas; -Lei Nº 8.283/2001-Belo Horizonte; - Lei Nº 1.995/2003-Alfenas; -Lei Nº 1.804/2005-Machado; - Lei Nº 42/2005-Alfenas; - Lei Nº 4.772/2017-Alfenas; - Lei Nº 4.965/2020-Alfenas.;	- Legislativo de Belo Horizonte, Juiz de Fora, Machado e Alfenas-MG; -Movimento Gay de Alfenas; -Movimento Gay de Minas; - Secretaria de Saúde de Alfenas.	- LGBTT; - Homens que fazem sexo com homens (HSH); - Pessoas com HIV/Aids e outras IST.	- Conselho Municipal LGBTT de Alfenas; - Grupo de Integração Social Apoio ao Portador do HIV/Aids e Informações Gerais - VHIVER; - Paradas do Orgulho LGBT+ em Alfenas.

Organização e elaboração: ALVES NETO, José Luiz, 2024

ALVES NETO, J. L.; AZEVEDO, S.de C. de.; ROVAI, M. G de O. A imbricação entre movimento social e ONG: as ações interescolares do movimento gay de Alfenas, Minas Gerais, Brasil. **Revista Rural e Urbano**, v.9, n.2, 2024. p. 89-109.

Em escala nacional ainda pode-se destacar: Brasil Sem Homofobia, criado em 2004, o Fundo Nacional de Cultura e o Guia de Advocacy e prevenção de HIV/Aids. Estes programas, invariavelmente, dependiam das ações das ONGs em nível local. No entanto, esta dependência, com o passar do tempo, gerou certa artificialidade no desenho dos programas, tratando-se de considerar que o alto nível de profissionalização esbarrou, por vezes, num movimento tecnocrata.

Projetos como o Guia de Advocacy e prevenção de HIV/Aids (SIMONETTI; REIS; HARRAD, 2009) e Projeto Somos Desenvolvimento Organizacional, Advocacy e Intervenção para ONGs que trabalhavam com gays e outros HSH, partiram do fundamento da profissionalização como um meio para ação social. O Projeto Somos, de 2005, é um caso paradigmático, uma vez que seus exemplos de formação, organização e gestão de ONGs partiam do referencial branco, cisgênero e masculino; ou seja, havia uma sobrevalorização de identidades em detrimento de outras, como se delas partissem o movimento da ação (BRASIL, 2005).

Em escala regional, estruturas espaciais como o Centro de Testagem e Aconselhamento de Alfenas, as sedes do MGA, as Coordenadorias Regionais de DST/Aids foram criadas. Sobretudo, foram nesses espaços em que o MGA teve maior atuação, chegando a criar uma academia de ginástica para pessoas com HIV/Aids (MINAS GERAIS, 2007); um projeto de aplicação de metilmetacrilato para pacientes que sofriam de lipodistrofia em decorrência das medicações para HIV/Aids; tendo também seus membros à frente da coordenadoria regional de enfrentamento ao HIV/Aids (ROVAI, 2019).

Sobre o projeto de aplicação de metilmetacrilato, Cláudio, médico dermatologista, era quem fazia as aplicações do material em parceria com o MGA. Em sua narrativa, observa a importância do projeto desenvolvido, cujo nome era “De cara para vida”, pois além de contribuir para autoestima dos pacientes, implicitamente devolvia a eles a possibilidade de transitar no espaço público, de maneira menos estigmatizante. Entretanto, ainda observa que a gerência burocrática só permitia verbas por um ano, impossibilitando a continuidade de projetos como este, essenciais para população:

E eu achei bacana, na época, o nome do projeto. Foi o que mais achei impactante: “De cara pra vida”! Quer dizer: então eu posso renovar minha

ALVES NETO, J. L.; AZEVEDO, S. de C. de.; ROVAI, M. G de O. A imbricação entre movimento social e ONG: as ações interescares do movimento gay de Alfenas, Minas Gerais, Brasil. **Revista Rural e Urbano**, v.9, n.2, 2024. p. 89-109.

cara e posso renovar minha vida. Acho que mais ou menos por aí, né? [...] Para você conseguir fazer um projeto, era um projeto de uma ONG, só de ONG. Elas são temporários, e então, o governo vai liberar verba específica para um ano do projeto; dura um ano, e se você não consegue revalidar o projeto, tem que fazer um novo projeto, diferente daquilo que você fez. E então, você não consegue, às vezes, revalidar [...] Mas o tempo que a gente fez, eu acho que a gente fez umas 30 ou mais pacientes, né? E foi super bacana porque a resposta... Impactante... na verdade, todas chegaram mega felizes porque sabiam que elas iam mudar a cara delas!... (Cláudio, informação verbal, 2023)

Importante destacar o Projeto MGA Itinerante - Prevenção e Cidadania para GLBTs e outros HSH, Edital de seleção projetos nº 005/08, da Secretaria de Saúde de Minas Gerais, destinado às ONGs, no ano de 2008. Este projeto estendia o trabalho de formação de agentes e de atendimento ao público em diferentes municípios mineiros, entre eles Varginha, Poços de Caldas, São Sebastião do Paraíso e Três Corações. garantiu uma verba de R\$ 90.000, e seu objetivo foi:

[...] prevenção em DST/AIDS junto à população LGBT e outros HSH, além de orientações sobre cidadania, direitos e deveres do cidadão homossexual, institucionalização de grupos organizados, além de distribuição de insumos e material informativo em 56 municípios, incluindo os constantes na lista de cidades com uma grande incidência de casos diagnosticados de HIV/AIDS, divididos em 8 cidades pólos, que receberão a visita de coordenador, psicólogo e monitores do projeto para reuniões semanais. (MGA, 2008)

Este projeto permitiu que o movimento ultrapasse a cidade de Alfenas e seus municípios polarizados, incidindo na possibilidade de uma rede urbana ligada, sobretudo, às características identitárias do grupo. Sugere-se que este projeto contribuiu para criação de um bolsão regionalizado em relação às dimensões de gênero e sexualidade, sobrepondo-se ao critério político administrativo de regionalização. No entanto, a prerrogativa da institucionalização de grupos organizados abrange e excede o reconhecimento do “cidadão homossexual”; aqui, o critério de reconhecimento torna-se instrumento normativo que delimita a quem interessa ser reconhecido.

Na escala local pode-se perceber como diversas vezes as políticas públicas foram sendo apropriadas. Mostraram também a tensão entre identidades individuais e coletivas em torno da sigla LGBTI+ (ou GLBT, na época) e o desenho político da luta contra a lgbtfobia. Ainda no local, pode-se perceber que as estruturas espaciais criadas pelo MGA permitiram que pessoas

ALVES NETO, J. L.; AZEVEDO, S.de C. de.; ROVAI, M. G de O. A imbricação entre movimento social e ONG: as ações interescares do movimento gay de Alfenas, Minas Gerais, Brasil. **Revista Rural e Urbano**, v.9, n.2, 2024. p. 89-109.

de outras cidades pudessem acessar seus serviços, como a partir do projeto VHIVER que oferecia atendimento médico e orientação jurídica à população. Também propiciaram a consolidação da política integral de saúde LGBTQ+ em Alfenas, que hoje conta com um posto de saúde especializado em atendimento de pessoas trans e travestis (ALFENAS, 2020).

O lugar das políticas públicas esteve acionando escalas que colocam o corpo, a comunidade, o espaço urbano enquanto componentes ativos na produção e reprodução da escala de ação (SMITH, 2000). Sem dúvida, este processo contribuiu, muitas vezes, para borrar os limites conceituais entre movimento social e ONGs. Nota-se, por exemplo, que elementos como solidariedade, ação coletiva e rompimento de limites das ações (MELUCCI, 1989) fizeram parte do cotidiano do MGA, sobretudo nas ações voltadas ao enfrentamento do HIV/Aids. A “politização direta do espaço” sugere que as ações do movimento passaram do simples formalismo, indicando “uma visão indeterminada e radicalmente aberta da sociedade” (LACLAU, 1989, p. 6), sobretudo através de estratégias de visibilidade massiva por meio das Paradas do Orgulho LGBTQ+, em Alfenas, criada em 2004 e que se estende até hoje, mobilizando a cidade.

No entanto, a constante burocratização dos editais públicos e a pressão constante por profissionalização dos militantes pode ter gerado a sobrevalorização de identidades. Mikelino e Thais, dois entrevistados que atuaram no MGA, concordam que com o passar do tempo a figura, por vezes centralizadora, do líder do MGA impossibilitou que outras demandas surgissem. Thais sugere que a estrutura organizativa necessita ser repensada: “Por isso que precisa movimentar, outras vozes precisam falar, dizer e dar visibilidade para outros discursos pra outras pessoas” (informação verbal, 2023). Mikelino, mesmo fazendo ressalvas para atuação do MGA em relação à negritude, aponta que houve abertura fissuras no regime normativo do espaço urbano: “Nós não podemos tirar esse mérito do MGA que faz a cidade ficar mais “molinha”, que faz a cidade melhorar na questão LGBTQ, hoje eu vivencio isso que para mim não tem nenhum problema, hoje” (informação verbal, 2023).

Ainda é importante considerar a existência de relações contraditórias entre Estado, movimentos sociais e ONGs. Assumir que ONGs adentram as porosidades do Estado não deve significar necessariamente cooptação de suas ações (mesmo que havendo controle dos editais

ALVES NETO, J. L.; AZEVEDO, S.de C. de.; ROVAI, M. G de O. A imbricação entre movimento social e ONG: as ações interescares do movimento gay de Alfenas, Minas Gerais, Brasil. **Revista Rural e Urbano**, v.9, n.2, 2024. p. 89-109.

ainda há agenciamento por parte do sujeitos sociais). O Relatório Criminalização Burocrática, produzido pela Associação Brasileira de ONGs (ABONG), de 2022, tem apontado um constante recrudescimento das ações do Estado em relação às ONGs, principalmente entre os anos de 2016 e 2021, passando pela criminalização de suas ações, diminuição de verbas e burocratização dos processos de institucionalização:

Por isso, a criminalização burocrática é um sintoma do próprio modo de operação do Estado. Não é uma mera desordem ou descumprimento de um direito. O Estado moderno é um Estado de exceção e encontra, nos processos administrativo-burocráticos, um meio de execução/suspensão da lei, criando a indeterminação entre permitido e não permitido (ABONG, 2022, p. 18)

Os instrumentos administrativo-burocráticas não só produzem a suspensão da lei, mas também reiteram um sujeito específico cuja norma constitui e, ao mesmo tempo, o nega. Isto fica mais evidente nos editais públicos que visavam atendimentos de pessoas em “situação de vulnerabilidade”. O que ocorre nesses diferentes documentos é a hierarquização de identidades historicamente marginalizadas, ou a sobreposição de identidades em relação à totalidade do coletivo (FACCHINI, 2012).

Em suma, a indefinição entre movimentos sociais e ONGs parece ser a própria qualidade que os anima. É claro que critérios básicos devem ser tomados como referência. Temos utilizado a noção de escala, proposta por Smith (2000: 2015), como um elemento básico para compreensão da amplitude da prática social. O fato é que diante da indefinição surge uma complexidade acerca de posições e ações a serem tomadas; definir é, neste caso, limitar e criar fronteiras, por isso insistimos em uma leitura aberta e relacional sobre formas, ações e conteúdos de diferentes formas de associativismo.

O que Gohn (2013, p. 243) sugere ao dizer que os “[...] movimentos sociais se transformaram em ONGs” , pode ser algo muito mais complexo do que uma simples sobreposição de qualidades; até mesmo assumir que eles “se incorporaram às ONGs que já os apoiavam”. Neste sentido, a dimensão espacial da análise deve ser considerada, levando em consideração que no espaço distintas relações são materializadas pelas ações da humanidade, sendo elas o suporte e a plataforma que permite a própria transformação social ao serem incorporadas por meio da prática social.

ALVES NETO, J. L.; AZEVEDO, S.de C. de.; ROVAI, M. G de O. A imbricação entre movimento social e ONG: as ações interescares do movimento gay de Alfenas, Minas Gerais, Brasil. **Revista Rural e Urbano**, v.9, n.2, 2024. p. 89-109.

Conclusão

A relação com o Estado, sem dúvida, representa o maior desafio para compreender até onde começa o movimento social e até onde termina a ONG: apontamos, com isso, a imbricação de significados e a necessidade de um olhar especial para compreensão das diferentes nuances entre ambos. O contexto importa, para tomar a expressão de Gohn.

A necessidade metodológica da pesquisa precisa ser levada em consideração. Pensar o espaço é, necessariamente, compreendê-lo como um lugar saturado de “agoras”. Assim, faz-se essencial observar as reminiscências postas e dispostas no tecido espacial, enquanto ponto de inflexão que torna o passado vivo no presente, ou seja, uma “indiferenciação criadora” (BENJAMIN, 1987). Estamos cientes, porém, que este artigo não esgota o tema, essa nunca foi nossa intenção.

O conservadorismo cis-heteronormativo ainda permanece emprenhado na cidade de Alfenas (ROVAI, 2019; SOUSA, 2021), mas concorda-e que há uma correspondência entre a prática social do MGA e as formas criativas de habitar. Segundo Carlos (2020, p. 362), “Este habitar é o modo criativo através do qual o indivíduo, o cidadão, o ser humano se apropria do espaço para realizar sua vida e, neste ato, constitui-se ele próprio como humano”. Isto não significa que o MGA e seus membros criaram uma situação de consenso universal sobre os lugares, mas que ao produzirem alguns dissensos e negociações constituíram ativamente a politização do lugar.

Referências

ALFENAS. **Lei nº 4.965, de 26 de agosto de 2020**. Institui o "Programa TTransformar", destinado a atenção à saúde integral da população LGBTQI+, com enfoque em travestis e transexuais, no Município de Alfenas/MG e dá outras providências. Alfenas, 2020.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ONGs. **Relatório Criminalização Burocrática: estratégias político-jurídicas, neoliberalismo e a atuação das organizações da sociedade civil**. 2023. Disponível em: <https://abong.org.br/wp-content/uploads/2022/07/CriminalizacaoBurocratica.pdf>. Acesso em: 12. mar/2024.

BENJAMIN, W. Sobre o conceito da história. In: _____. **Magia e Técnica, Arte e Política - ensaios sobre literatura e história da cultura**. Obras escolhidas, volume I, 3ª edição, São Paulo: Editora Brasiliense, p. 222-232, 1987.

ALVES NETO, J. L.; AZEVEDO, S.de C. de.; ROVAI, M. G de O. A imbricação entre movimento social e ONG: as ações interescares do movimento gay de Alfenas, Minas Gerais, Brasil. **Revista Rural e Urbano**, v.9, n.2, 2024. p. 89-109.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Programa Nacional de DST e Aids. Projeto Somos Desenvolvimento Organizacional, Advocacy e Intervenção para ONGs que trabalham com GAYS e outros HSH.** Brasília: Ministério da Saúde. 2005.

CARLOS, A. F. A. Henri Lefebvre: o espaço, a cidade e o “direto à cidade”. **Rev. Direito Práx.**, Rio de Janeiro, V.11, N.01, p.349-369, 2020.

DARDOT, P.; LAVAL, C. Neoliberalismo e subjetivação capitalista. **Revista O Olho da Historia.** n.22, p.1-15, 2016.

FACCHINI, R. **Sopa de letrinhas?** Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 1990. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

FACCHINI, R. Entre compassos e descompassos: um olhar para o "campo" e para a "arena" do movimento LGBT brasileiro. **Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades**, [S. l.], v. 3, n. 04, 2012.

FERNANDES, B. M. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista Nera**, [S. l.], n. 6, p. 24–34, 2012.

GÓIS, J. B. H. Desencontros: as relações entre os estudos sobre a homossexualidade e os estudos de gênero no Brasil. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 289-297, jan./jun. 2003.

GOHN, M. G. **Teoria dos movimentos sociais:** paradigmas clássicos e contemporâneos. Edições Loyola., São Paulo: 1997

GOHN, M. G. **O protagonismo da sociedade civil:** movimentos sociais, ONGs e redes solidárias. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

GOHN, M. G. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil Contemporâneo.** 7.ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

HERRERO BRASAS, J. A. **La Sociedad Gay:** Una invisible Minoría. Madrid Foca, 2001

MINAS GERAIS. Secretária de Estado de Saúde. **Edital de seleção/DST/AIDS Nº 004/07.** Belo Horizonte: Secretária de Estado de Saúde, 2007.

MELUCCI, A. Um objetivo para os movimentos sociais?. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 17, p. 49–66, 1989.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica.** 5. ed. - São Paulo : Atlas 2003.

ALVES NETO, J. L.; AZEVEDO, S.de C. de.; ROVAI, M. G de O. A imbricação entre movimento social e ONG: as ações interescares do movimento gay de Alfenas, Minas Gerais, Brasil. **Revista Rural e Urbano**, v.9, n.2, 2024. p. 89-109.

LACLAU, E. Os novos movimentos sociais e a pluralidade do social. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 2, vol. 1, out., 1986.

MEIHY, J. C. S. B.; HOLANDA, F. **História oral**: como fazer, como pensar. São Paulo: Contexto, 2015.

ROVAI, M. G. O. **Que possamos ser o que somos**: memórias sobre o Movimento Gay de Alfenas no processo de luta pelos direitos de cidadania LGBT (2000-2018). 1ed, Alfenas: Athenas, 2019, p228.

SEDGWICK, E. K. **A epistemologia do armário**. Cadernos Pagu, n. 28, p. 19–54, 2007.

SILVA, S. M. V. A perspectiva feminista na geografia brasileira .In_____(Org.).**Geografias Subversivas**: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades. Ponta Grossa: Todapalavra Editora, 2009,p. 301-318.

SILVA, A. S. Memória, consciência e políticas públicas: as Paradas do Orgulho LGBT e a construção de políticas públicas inclusivas. **Revista Electrónica de Psicología Política**, n. 27, p. 127-158, 2011

SIMONETI, C.; REIS, T.; HARRAD, D. **Guia de Advocacy e Prevenção em HIV/AIDS**: Gays e outros Homens que fazem Sexo com Homens. APPAD: Curitiba, 2009.

SMITH, N. Contornos de uma política espacializada: veículos dos sem-teto e produção da escala geográfica. In: ARANTES, Antônio (org.). **O espaço da diferença**. Campinas-SP: Papirus, 2000.

SMITH, N. Geografia, diferencia y políticas de escala. **Terra Livre**, [S. l.], v. 2, n. 19, 2015.

SOUSA, L. H. **Produzindo cidades e sexualidades em Alfenas (MG) e Mococa (SP): experiências de homens gays em cidades pequenas e interioranas**. Dissertação. Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Unespe, 2021.

SOUZA, M. J. L. **A prisão e a ágora**: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades. 1ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

ALVES NETO, J. L.; AZEVEDO, S.de C. de.; ROVAI, M. G de O. A imbricação entre movimento social e ONG: as ações interescares do movimento gay de Alfenas, Minas Gerais, Brasil. **Revista Rural e Urbano**, v.9, n.2, 2024. p. 89-109.